

MEMÓRIA, IDENTIDADE, SILENCIAMENTO: MILITARES E CULTURA HISTÓRICA NA FORMAÇÃO DO ESTADO DE RONDÔNIA (1970/80)

MEMORY, IDENTITY, SILENCE: MILITARY AND HISTORICAL CULTURE IN
THE FORMATION OF THE STATE OF RONDÔNIA (1970/80)



Jordan Queiroz Gomes¹
Gilvana de Fátima Figueiredo Gomes²

Resumo

O texto examina como os militares agenciaram a construção da cultura histórica no processo de constituição do estado de Rondônia, entre 1970 e 1980. Com a atenção direcionada ao período militar, a pesquisa identificou que, desde o início do século XX, a região de Rondônia foi um espaço de significativos investimentos simbólicos nos feitos de agentes militares. A primeira parte do estudo analisa a formação de uma cultura política fortemente vinculada à presença militar no território; a segunda parte concentra-se nas décadas de 1970 e 1980 para investigar os esforços de consolidação de uma memória histórica de Rondônia durante a transição do Território Federal ao *status* de Estado.

Palavras-chave: Cultura histórica; militares; Rondônia.

Abstract

The text examines how the military managed the construction of historical culture in the process of establishing the state of Rondônia, between 1970 and 1980. With attention directed to the military period, the research identified that, since the beginning of the 20th century, the Rondônia region was a space of significant symbolic investments in the achievements of military agents. The first part of the study analyzes the formation of a political culture strongly linked to the military presence in the territory; the second part focuses on the 1970s and 1980s to investigate efforts to consolidate a historical memory of Rondônia during the transition from Federal Territory to State status.

Keywords: Historical culture; military; Rondônia.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFPB). Professor Adjunto da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) - Departamento de História, Campus Rolim de Moura. E-mail: jordan.gomes@unir.br.

² Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e Mestra pela mesma instituição. Professora adjunta da Universidade Estadual do Norte do Paraná. E-mail: fichamentoshistoria@gmail.com.



Introdução

A história de Rondônia foi organizada em torno dos fatos políticos que marcaram a criação do território e, posteriormente, do Estado. Grande parte dessa narrativa foi ancorada no período dos vinte anos da ditadura militar no Brasil (1964-1984), contexto em que, no dizer do jornalista Josias Macedo, Rondônia se transformou numa verdadeira Capitania Hereditária dos militares³.

O objetivo deste texto é mapear como os militares agenciaram a construção da cultura histórica, especialmente no contexto da transição de Território Federal de Rondônia para o Estado. A pesquisa revelou que os feitos de figuras militares, como o Marechal Rondon e Aluizio Ferreira, foram estrategicamente mobilizados para reforçar narrativas que legitimavam a presença do Exército na Amazônia e o projeto de modernização do Estado brasileiro. Por meio de uma análise de decretos-lei, artigos de jornais locais, como o *Alto Madeira*, e nacionais, como *A Defesa Nacional*, além de publicações acadêmicas sobre memória e história regional, constatou-se que os militares desempenharam um papel central na formação de uma identidade regional associada à coragem dos chamados pioneiros e aos sentidos valorativos da colonização. Esse processo, no entanto, frequentemente ofuscou a multiplicidade de vozes e experiências, especialmente aquelas dos povos indígenas e dos seringueiros.

A historiografia sobre o golpe civil-militar no Brasil já evidenciou que figuras políticas de destaque nesse período tiveram seus nomes imortalizados em espaços públicos, como ruas, escolas, monumentos e pontes⁴. Em Rondônia, essa dinâmica se reproduz de maneira intensa. Pesquisas regionais têm mapeado essa rede de lugares associados à memória militar, presentes em ruas, praças, prédios públicos e monumentos. Um exemplo notável é Vilhena, município no interior de

³ A imagem de Rondônia como uma capitania hereditária dos militares no pós-1964 circulou na Coluna *Rio e Adjacências* assinada por MACEDO, Josias de. *Alto Madeira*, Porto Velho, 3 out. 1981, p. 2.

⁴ MARTINS, Allysson. MIGOWSKI, Ana. Ditadura militar brasileira e novas formas cartográficas: memórias coletivas e mapas digitais colaborativos. In: ARAUJO, Denize Araujo; MORETTIN, Eduardo; REIA-BAPTISTA, Vitor (orgs.). **Ditaduras revisitadas**: cartografias, memórias e representações audiovisuais. Eletrônico: Suporte, 2016.



Rondônia, próximo à fronteira com o Mato Grosso, fundado em 1977 durante o governo de Ernesto Geisel. Nas ruas da cidade⁵, ainda se encontram vestígios desse período, em homenagens erguidas aos ditadores militares⁶. As marcas da inscrição de uma memória/história oficial são inegáveis e se multiplicam no espaço institucional do Território/Estado, sendo um processo consolidado por diversos atores políticos nas esferas municipal, estadual e federal.

O historiador Jacques Le Goff destaca que as formas como as sociedades se relacionam com o passado são construções elaboradas no presente, envolvendo múltiplos agentes que visam obter benefícios na construção de uma determinada cultura histórica. Para Le Goff, a cultura histórica corresponde ao conjunto diverso de relações estabelecidas entre uma sociedade e seu passado, manifestando-se não apenas em produções científicas, mas também, e sobretudo, nos espaços públicos, na mídia, nas instituições, nos monumentos e no patrimônio. Em outras palavras, tudo aquilo que mobiliza o passado contribui para dar forma a uma cultura histórica específica. Assim, investigar essa cultura histórica implica examinar, como ele sugere,

este sentido difuso do passado, que reconhece nas produções do imaginário umas principais expressões da realidade histórica e nomeadamente da sua maneira de reagir perante o seu passado. [...] o passado não é história, mas o seu objeto⁷.

A perspectiva da cultura histórica convida à reflexão sobre os usos do passado e à dinâmica da memória. Pierre Nora observa que a memória está intrinsecamente ligada à vida: é aquilo que acontece a cada instante, transformando-se constantemente e pertencendo tanto aos indivíduos quanto às coletividades⁸. Em outras palavras, a memória é a própria vida, sempre sustentada por grupos vivos, construída e aberta à dialética entre lembrar e

⁵ O mesmo ocorre em Presidente Médici, distrito criado com essa denominação por meio do Decreto Federal nº 6.448 de 11 de outubro de 1977/78, subordinado ao município de Ji-Paraná, e posteriormente elevado à categoria de município com a mesma denominação pela Lei nº 6.921 de 16 de junho de 1981. Informações disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ro/presidente-medici.html>. Acesso: 20 set. 2024.

⁶ MARTINS, Allysson Viana. FARIAS, Khauane Oliveira. Ditadores militares nas ruas de Vilhena (RO): história e memórias na constituição dos espaços públicos. **Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 97-109, set/dez. 2018.

⁷ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990, p. 50.

⁸ NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, 1993.



esquecer; trata-se de um fenômeno atual que estabelece um vínculo vivido em um “eterno presente”.

Maurice Halbwachs complementa essa visão ao argumentar que a memória individual é moldada socialmente pela memória coletiva, e, em determinados momentos, ambas se entrelaçam⁹. Considerando que toda memória, individual ou coletiva, é seletiva e construída, Michael Pollak afirma que a memória passa por flutuações, sendo estruturada conforme as preocupações vigentes no momento em que é evocada¹⁰. Em sua concepção, as memórias coletivas, especialmente as oficiais, são fortemente organizadas e moldadas politicamente. Dessa forma, percebe-se uma relação profunda entre a estruturação da memória e a construção de identidades, na qual o sentimento de pertencimento e coerência é reforçado por meio da delimitação de fronteiras físicas e simbólicas, criando uma continuidade temporal entre o “eu” e o “coletivo”.

Em Rondônia, a documentação revela que a presença do Exército foi fundamental não apenas no controle do território, mas também na construção de uma narrativa histórica que visava legitimar o papel das forças armadas na formação e desenvolvimento da região, abrangendo o Território, o Estado, a Amazônia e, por extensão, o Brasil. Essa relação simbiótica entre o poder militar e a construção da história local reforça a perspectiva de Le Goff de que o passado é um campo de disputa de significados, no qual diversas culturas históricas coexistem e interagem¹¹. Analisar essa cultura histórica, portanto, é essencial para compreender os processos de memória e a constituição das relações de poder que moldaram a identidade regional de Rondônia, inserida no contexto de um Brasil sob a égide do regime autoritário.

Neste sentido, o texto se estrutura inicialmente em uma abordagem informativa, trazendo elementos históricos que ajudam a entender a complexa dinâmica política de Rondônia. Em um segundo momento, aprofunda-se na análise do agenciamento da cultura histórica pelos agentes militares que, nas décadas de 1970 e 1980, desempenharam um papel central na construção do Estado de Rondônia.

⁹ HALBWACHS, Michel. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

¹⁰ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

¹¹ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**, 1990.



Notas sobre a constituição política da região de Rondônia: do Território Federal ao Estado

Embora seja possível rastrear a presença do estado brasileiro na porção oeste da região norte desde o período colonial, foi apenas no final do século XIX que essa presença se intensificou de maneira significativa¹². A partir desse momento, a região passou a ser integrada de forma mais efetiva à economia capitalista global, destacando-se pela exportação de matérias-primas, em especial o látex, destinado aos mercados internacionais. O aumento na produção de borracha promoveu transformações econômicas e demográficas importantes, atraindo um grande contingente de trabalhadores e impulsionando o crescimento populacional.

Nesse contexto de expansão econômica, teve início, em 1907, a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, um marco nas mudanças logísticas e econômicas na região. Considerada símbolo das transformações ocorridas, a ferrovia foi projetada para facilitar o escoamento da borracha e de outros recursos naturais, conectando a Amazônia aos mercados globais e reforçando a inserção da região na dinâmica capitalista internacional¹³.

No início do século XX, a Comissão Rondon, instituída em 1907 sob a liderança do Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, exemplifica os esforços de integração territorial, modernização e aproximação com as populações locais¹⁴. A comissão estabeleceu uma rede estratégica de linhas telegráficas entre Mato Grosso e o Amazonas, ao mesmo tempo em que produziu um rico acervo de dados arqueológicos, antropométricos, fotográficos e sonoros. Durante suas expedições, estabeleceram-se contatos importantes com povos indígenas, como

¹² CABRAL, Octaviano. **História de uma região - Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Hymalaia, 1963. Posição idêntica é defendida em livros didáticos que circulam nas escolas de Rondônia, a título de exemplo: TEIXEIRA, Marco Antônio. FONSECA, Dante Ribeiro da. **História Regional (Rondônia)**. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

¹³ HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

¹⁴ MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ; Fapesp, 1998.



os Parecis e os Nambikwaras, documentando aspectos culturais e promovendo interações que marcaram a história da região.

A atuação de Cândido Rondon na Amazônia é frequentemente vista como um marco inaugural na história local, sendo reiterada e valorizada ao longo do século XX. Esse episódio se consolidou como essencial para a construção de uma memória histórica que vinculava o papel da Comissão Rondon à integração territorial e ao projeto de modernização do Estado brasileiro. Autores como Todd A. Diacon destacam que a figura de Rondon foi amplamente mobilizada¹⁵, tanto durante suas expedições quanto posteriormente, contribuindo para um imaginário que associava a “pacificação” dos povos indígenas ao desenvolvimento da infraestrutura, simbolizando o avanço da civilização na região.

Apesar dos esforços iniciais, as décadas seguintes foram marcadas por uma considerável negligência estatal nesta parte da região amazônica¹⁶. O abandono da Amazônia, frequentemente denunciado por figuras como o próprio Marechal Rondon e o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, foi enfrentado de forma parcial, com ações que, em muitos casos, assumiram um caráter mais simbólico do que efetivamente prático¹⁷. Um exemplo emblemático dessa abordagem foi a nacionalização da administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em 1931, quando sua gestão passou a ser controlada pelo Ministério da Justiça, sob a liderança do Coronel Aluizio Pinheiro Ferreira (1897-1980)¹⁸. Nascido no Rio de Janeiro, Ferreira iniciou sua carreira militar ainda jovem, ingressando no Exército Brasileiro e acumulando experiência em atividades de infraestrutura. Sua nomeação para administrar a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré marcou um momento de maior controle estatal sobre a região onde hoje se situa Rondônia.

¹⁵ DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁶ MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta: as rotas dos Soldados da Borracha**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

¹⁷ Edgard Roquette-Pinto, em 1912, participou de uma expedição à Serra do Norte e, quatro anos depois, publicou um artigo na *Revista do Brasil* defendendo que a região deveria ser nomeada Rondônia. Para justificar sua proposta, Roquette-Pinto fez uma analogia com Rodésia, um território africano que, no auge do imperialismo britânico, foi dominado pelo empresário Cecil Rhodes. A referência à Rodésia não era acidental; Roquette-Pinto via em Rondon um símbolo do avanço civilizatório e pacífico no interior do Brasil, cujos ganhos podiam igualar aqueles obtidos por Cecil Rhodes na África. ROQUETE-PINTO, Edgard. **Rondônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919 (2ª ed., a primeira é de 1917).

¹⁸ PINHEIRO, José do Amparo; SILVA, José Luis Gomes. Estrada de Ferro Madeira Mamoré: abandono e destruição do patrimônio histórico e cultural. In: Encontro Latino Americano de Pós-graduação, 10., 2010, São José dos Campos. **Anais eletrônicos** [...]. São José dos Campos: UNIVAP, 2010.



Integrante do movimento tenentista no Amazonas, ele emergiu como uma figura influente na região na década seguinte¹⁹.

Durante o primeiro governo Vargas, sob a liderança de Aluízio Pinheiro Ferreira, estabeleceu-se a presença de contingentes militares em cidades estratégicas como Costa Marques, Guajará-Mirim e Porto Velho. A medida visava garantir a presença do Estado e prevenir instabilidades na região, cuja vulnerabilidade era atribuída à ausência de controle estatal efetivo²⁰. Em 1943, essa visão culminou na criação, por meio do Decreto-Lei nº 5.812, de cinco territórios federais, entre eles o Território Federal do Guaporé, que viria a se tornar o Estado de Rondônia. Aluízio Pinheiro Ferreira, que representava o “nacional” no contexto local, foi nomeado administrador do novo território. Durante sua gestão e posteriormente como deputado federal, Ferreira expandiu sua influência, consolidando-se como uma figura central na política regional entre as décadas de 1940 e 1950²¹.

Com exceção de Joaquim Vicente Pinheiro, indicado pelo Marechal Rondon para governar o Território Federal de Guaporé entre 1946 e 1947, a maioria dos governadores que lideraram a região nas décadas de 1940 a 1960 foi nomeada diretamente por Aluízio Pinheiro Ferreira, evidenciando sua profunda influência política. Entre esses governadores, destacam-se nomes como Frederico Trota, Ênio dos Santos Pinheiro, Paulo Nunes Leal, José Ribamar de Miranda, Jaime Araújo dos Santos e Abelardo Alvarenga Mafra. A maioria era composta por militares, reforçando o perfil castrense da administração local, onde a manutenção da ordem e o controle eram vistos como aspectos estratégicos para a integração nacional. Mesmo nos casos de indicações civis, como Joaquim de Araújo Lima e Petrônio Barcelos, esses governos se mantinham alinhados à política centralizada e fortemente influenciada pela lógica militar, consolidando um modelo de gestão regional em sintonia com o projeto nacional de Vargas.

¹⁹ FONSECA, Dante Ribeiro. Aluízio Pinheiro Ferreira: maçonaria, Revolução de 30 e a criação do Território Federal do Guaporé. **Revista de Estudios Históricos de la Masoneria Latinoamericana y Caribeña**, v. 11, n. 2, 2019.

²⁰ FONSECA, Dante. **Aluízio Pinheiro Ferreira**, 2019.

²¹ SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 40, jul.-dez. 2007.



Os dados apresentados evidenciam que a cultura política de Rondônia, entre 1943 e 1964, já estava profundamente enraizada na liderança militar²². Dos quinze governadores que administraram a região durante esse período, nove eram militares, nomeados por forças externas às dinâmicas locais. Quando o golpe civil-militar de 1964 ocorreu, trazendo mudanças profundas para o cenário político nacional, Rondônia não vivenciou uma ruptura significativa em sua estrutura de poder. Isso se deve ao fato de que a região já era, em grande parte, governada por militares, o que torna o golpe uma espécie de formalização das práticas de liderança já consolidadas. Dessa forma, o evento de 1964 não representou uma transformação radical, mas sim a continuidade de um modelo político marcado pela centralização estatal e pela lógica militar.

Por outro lado, apesar dessa presença militar constante, o novo regime instaurado a partir de 1964 continuou a ver a região norte como um desafio estratégico. Em 1967, o presidente promulgou o Decreto nº 61.330, de 11 de setembro, instituindo o Grupo de Trabalho para a Integração da Amazônia (GTIA), coordenado pelo Ministério do Interior. A prioridade do GTIA era identificar áreas com uma população nacionalizada e fomentar o crescimento populacional a partir de núcleos já estabelecidos. Em artigo publicado na revista *A Defesa Nacional*, Afonso A. Albuquerque Lima, Ministro do Interior no governo Costa e Silva, destacou as “áreas prioritárias” para a ocupação e integração da Amazônia, incluindo a “Área prioritária I, situada no Território de Rondônia, no segmento da BR-364, entre as cidades de Ariquemes e Rondônia, abrangendo uma faixa de 6 km de cada lado da rodovia [...]”²³.

Em 16 de julho de 1970, o Decreto-Lei Nº 1.106, assinado pelo presidente Emílio Garrastazu Médici, instituiu o Programa de Integração Nacional (PIN),

²² As tendências políticas contemporâneas registradas no Estado de Rondônia revelam o grau de enraizamento de uma cultura política militarizada, que caracterizou a trajetória da região. A categoria de cultura política aborda a compreensão de ações políticas a partir de um enfoque que integra valores, sentimentos e tradições. Esse conceito considera que a análise de práticas e ideologias políticas não pode ser dissociada do contexto cultural em que se inserem. A cultura política é definida como “um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados para o futuro”. MOTTA, Rodrigo Pato Sá (org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argmentvm, 2009, p. 21. Essa abordagem permite entender como o passado molda as perspectivas políticas presentes e futuras de uma sociedade, englobando tanto as práticas formais quanto as simbólicas que influenciam a construção de projetos políticos.

²³ LIMA, Afonso Augusto de Albuquerque. O Ministério do Interior e o desenvolvimento regional integrado, 1968. *A Defesa Nacional*, n. 625, maio-jun. 1969, p. 30.



uma iniciativa estratégica que buscava incorporar populações das regiões sul e nordeste do país, particularmente aquelas em condições socioeconômicas vulneráveis, como agentes ativas no processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia²⁴. A região amazônica era então retratada como um “vazio demográfico” e uma terra de oportunidades, apresentando-se como uma promessa de futuro melhor. Com um forte impacto geopolítico, o PIN foi projetado para criar infraestrutura, incentivar a migração e promover a ocupação de áreas classificadas como “vazias” e “improdutivas”, especialmente no norte do Brasil. Seu objetivo central era integrar essa região ao sistema econômico nacional, tornando-a produtiva e conectada ao restante do país. Para alcançar essa meta, o programa incluía medidas como a venda e doação de terras, de modo a atrair e fixar populações nessas áreas.

Além disso, o PIN previa a construção e ampliação de rodovias essenciais para a integração nacional. O exemplo mais emblemático é a rodovia Transamazônica, com 4.260 km (em grande parte inacabados), que liga Lábrea (AM) a Cabedelo (PB). Contudo, outras rodovias também desempenharam papel fundamental, como a BR-425 (conectando Guajará-Mirim a Porto Velho), a modernização da Rodovia Belém-Brasília – conhecida como “rodovia da integração nacional” – e a BR-364 (que liga Cuiabá a Porto Velho). Esta última teve um impacto direto e profundo na formação do Estado de Rondônia, um dos mais novos do país²⁵.

Esse conjunto de políticas e projetos não apenas consolidou a presença militar e estatal na Amazônia, mas também desempenhou um papel fundamental na construção de uma cultura histórica específica em Rondônia durante o regime militar. Iniciativas como o Programa de Integração Nacional e a construção de rodovias estratégicas foram apresentadas como emblemas de progresso e modernização, moldando uma narrativa oficial que equiparava o desenvolvimento da Amazônia ao avanço do país. Articulada pelo Estado e seus representantes, essa narrativa legitimou a ocupação territorial e a intervenção militar, inserindo-as no contexto de um projeto de civilização e integração

²⁴ BRASIL. **Decreto-Lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970**. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, 1970.

²⁵ ALMEIDA, Daniel Alvez. Rondônia e a Ditadura Militar. Integração Nacional e repressão política. **Missões**, [s. l.], v. 09, n. 03, set./dez. 2023.



nacional. Ao mesmo tempo, essa construção silenciou outras vozes e perspectivas históricas, particularmente as dos povos indígenas e das populações tradicionais, relegando-as a um segundo plano na história oficial da região.

O agenciamento do passado: militares e cultura histórica

O Coronel do Exército José Manoel Lutz da Cunha Menezes foi nomeado primeiro governador do Território Federal de Rondônia (1964-1965) após o golpe civil-militar, por decreto assinado pelo Marechal Humberto Castelo Branco. Nascido no Rio de Janeiro e ligado ao PSD, Cunha Menezes era conhecido por sua postura rígida e autoritária – frequentemente visto a cavalo pelas ruas da capital, empunhando um rebenque –, retratado pelo jornal *Alto Madeira* como um dos dignitários militares da “capitania de Rondônia”²⁶. Apesar de sua breve gestão, Cunha Menezes foi responsável por três iniciativas que buscavam institucionalizar a memória e a história do Território, especialmente com ênfase na valorização da memória militar.

Entre essas ações, destaca-se a criação, em 14 de abril de 1965, da Medalha Mérito Marechal Rondon, através do decreto nº 435, com a qual o governo passou a premiar autoridades, servidores, pioneiros e seringalistas por “relevantes serviços prestados” à região. Anteriormente, ele já havia instituído o Dia de Rondônia, com o decreto nº 434, datado de 26 de março de 1965, estabelecendo a celebração anual em 5 de maio, em homenagem ao aniversário do Marechal Rondon²⁷.

Na visão do memorialista Esron Penha de Menezes, tais medidas faziam parte das justas homenagens dedicada a Rondon pelos relevantes serviços prestados à região, erguidos tempos depois do seu falecimento. Em vida, Rondon já havia recebido a maior deferência em homenagem aos seus feitos, quando, em 1955, o projeto de lei nº 252 apresentado pelo deputado Áureo Mello ressaltou a importância de prestar uma homenagem justa ao Marechal, cujas expedições de integração territorial e pacificação dos povos indígenas desempenharam um papel crucial na construção do Estado brasileiro moderno. Aos noventa anos de

²⁶ Sobre a imagem de Cunha Menezes, ver: MENEZES, Esron Penha de. *História Antiga, Alto Madeira*, Porto Velho, 11 mar. 1976.

²⁷ MENEZES, Esron Penha de. Retalhos para a História de Rondônia, *Alto Madeira*, Porto Velho, 12 jul. 1985. Cunha Menezes governou exercendo forte controle dos órgãos de Imprensa da capital. Sobre isso, conferir o ofício nº 093, publicado sob o título Território Federal de Rondônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 22 jul. 1965.



idade, Rondon foi representado como figura singular da nacionalidade brasileira e que “[...] desenvolveu a sua ação civilizadora, instalando as linhas telegráficas e descobrindo dentro do Brasil, essa outra nação que constituem as tribos indígenas”²⁸. Aprovado o projeto, o Território Federal do Guaporé passou a se chamar Território Federal de Rondônia, posteriormente, Estado de Rondônia.

Vistas por outro ângulo, as ações de Cunha Menezes faziam parte do movimento de reimpressão da memória do Marechal, num nexo de continuidade fortemente enquadrado de acordo com a cultura política da época. Essa representação reaparece, aliás, no famoso trabalho de Esron Penha de Menezes intitulado “Retalhos para a História de Rondônia” (1985), quando o memorialista reuniu um conjunto de entrevistas de ex-funcionários da comissão de linhas telegráficas para reconstruir a personalidade do Marechal. Na hierarquia de heróis militares do Estado construída por Esron, a memória de Rondon foi estreitamente vinculada à de Aluizio Ferreira, destacando que a “História de Rondônia” estava profundamente entrelaçada com a vida deste último. Esse argumento foi especialmente enaltecido no período em que o território recebeu vários pertences do “VELHO” Aluizio, como Esron o chamava, documentos que foram preservados no museu local para ajudar a contar a história de Rondônia através de sua trajetória pessoal²⁹.

Observe-se que essas iniciativas possuíam um claro potencial pedagógico, pois criavam linhas de continuidade histórica que, repetidas à exaustão, deixavam de ser percebidas como construções ideológicas. A entrega da Medalha Mérito Marechal Rondon a pioneiros e seringalistas, por exemplo, unificava trajetórias diversas sob narrativas comuns: a resistência frente aos desafios do território, a coragem de realizar feitos considerados impossíveis e a predestinação para ocupar um lugar de destaque em um cenário em transformação. Nesse

²⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposição PL 252/1955 - Ficha de tramitação**. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=173867&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 31 out. 2024.

²⁹ Esron Penha de Menezes relata que, após a morte de Aluizio Ferreira, a professora Yêdda Borzacov trouxe seus pertences do Rio de Janeiro para Rondônia, o que gerou na capital a ideia de criar um museu em sua homenagem. Esse museu seria instalado em um dos antigos armazéns da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. As referências à amizade entre Esron e Aluizio foram explicitadas pelo Dr. Ary Tupinambá Pena Pinheiro em Retalhos para História de Rondônia: opinião de estudiosos de coisas da Amazônia, *Alto Madeira*, Porto Velho, 14 jul. 1985, p. 4. A publicação da obra de Esron foi celebrada pelos membros do IHG/RO. *Alto Madeira*, Porto Velho, 12 jun. 1985, p. 3.



sentido, Cunha Menezes também instituiu o decreto nº 427 de 12 de novembro de 1964 que criou o então Museu Territorial de Rondônia³⁰. Inaugurado no dia 5 de maio de 1965, o museu foi inicialmente integrado à Divisão de Educação – futura Secretaria de Educação –, tendo como primeiro diretor o médico Ary Tupinambá Penna Pinheiro³¹, nomeado por meio da portaria 026/G daquele ano³². A nova diretoria foi composta por dezenove membros responsáveis pelas divisões, seções e subseções do museu:

Secretário-Professor Enos Eduardo Lins; Divisão de História Natural - Padre Angelo Spardari; seção de Zoologia - Senhora Luiza de Lutti Riboni; Sub-seção de Vertebrados - Senhora Margarida Miranda; Sub-seção de Etimologia - Dr. Jacob de Freitas Atallah; Sub-seção de Botânica - Dr. Calmin Vianna Tabosa; Parque Botânico - Senhor Silvio Alves Barradas; Seção de Geologia - Professor Abguar de Miranda; Seção de Mineralogia - Senhor José Miranda; Seção de Antropologia - D. Fouar Dawich; Sub-seção de Etimologia - Professora Maria Smith; Sub-seção de Etnografia - Professora Yêda Struthos Pinheiro; Divisão de Geografia e História - Senhor Orlando de Moraes; Seção de Geografia - Professor Abnael Machado de Lima; Seção de História - Senhor Newton de Menezes; Administrador do Patrimônio - Senhora Maria de Lourdes Pinheiro; Ornamentador Artístico - Senhor Ubiratan Sampaio³³.

Os integrantes da primeira diretoria eram, em grande parte, membros da elite econômica, política e intelectual formada durante a criação do Território Federal do Guaporé. Como destaca Beth Costa, entre as décadas de 1960 e 1970, houve um esforço liderado por um grupo de pessoas que, por meio do jornal *Alto Madeira*, promoveu a criação de símbolos e instituições de memória com o intuito de formar uma consciência cultural em Rondônia. Esse grupo adotou Ary Pinheiro como “guru” e lançou o “Movimento dos Minhocas”, uma expressão que

³⁰ Na rua. *Alto Madeira*, Porto Velho, 22 out. 1982, p. 02.

³¹ Ary Tupinambá Penna Pinheiro, primo de Aluísio Ferreira Pinheiro, era bacharel em Ciências Físicas e Naturais, formado em Medicina em Belém (PA). Chegou a Guajará-Mirim em 1937 para exercer a profissão de médico. Em 1941, participou de uma expedição às lendárias minas de Urucumacua, uma região de localização incerta que remontava ao imaginário popular do século XVIII, quando era associada a riquezas inexploradas na capitania de Mato Grosso. Após essa experiência, continuou a coletar artefatos, que, segundo sua filha Yedda Borzacov, eram guardados em sua residência. SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da. Arqueologia e Museu na Trajetória Histórica de Ary Pinheiro. **História e-História**, Campinas: UNICAMP, jun. 2012, p. 04. GOVERNO DE RONDÔNIA. **História de Rondônia**: conheça o médico Ary Pinheiro, que atendia pacientes em casa, não cobrava consultas e recebia carne de caça como gratidão. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-conheca-o-medico-ary-pinheiro-que-atendia-pacientes-em-casa-nao-cobrava-consultas-e-recebia-carne-de-caca-como-gratidao/>. Acesso em: 14 set. 2024.

³² Museu Estadual de Rondônia: local que deve ser visitado. *Alto Madeira*, Porto Velho, 9 mar. 1986, p. 01.

³³ Museu Estadual de Rondônia, 1986, p. 01.



remetia à união dos chamados “filhos da terra, os filhos de Rondônia”, com o objetivo de preservar a história e a memória do Estado³⁴. Congregados em torno desse projeto, eles não apenas registraram o passado da região, mas também participaram ativamente da construção de uma narrativa histórica que destacava o papel da elite local na formação do território e na consolidação de uma identidade cultural rondoniense³⁵.

Entre 1975 e 1976, o movimento atraiu outros participantes, como Luiz Leite de Oliveira, Paulo Lira, Pedro Struthos, Paulo de Castro França, Geraldo Brasil e Antônio Leite, que contribuíram para a formulação da proposta de criação do Museu Territorial de Rondônia e, posteriormente, do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (*Alto Madeira*, 1981). A missão do museu seria o registro e a preservação de um acervo que registrasse a história rondoniense, promovendo o tombamento de elementos significativos da memória regional³⁶. A proposta surgiu em um contexto de transformação, marcado pela desativação da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e pela demolição do antigo Fórum Ruy Barbosa, edificado em 1949. Esses eventos, que representavam a perda de marcos simbólicos do período de formação do Território, intensificaram a urgência de iniciativas voltadas para a preservação da história local³⁷.

O museu foi inicialmente instalado na rua Rogério Weber, no centro de Porto Velho, antes de ser transferido, em 1979, para o Palácio Presidente Vargas, onde foi alocado em uma sala denominada Marechal Rondon. Em 1981, sob a administração do Coronel Jorge Teixeira de Oliveira (1979-1985), o museu foi

³⁴ COSTA, Beth. Na Rua: Carta de Belém. *Alto Madeira*, Porto Velho, 14 jun. 1981.

³⁵ Segundo Souza, uma parte significativa da elite econômica e intelectual formada durante o período do Território Federal assumiu a tarefa de construir a memória e a história da região. Esse grupo, em sua maioria, gravitava em torno de Aluizio Ferreira Pinheiro, alinhando-se, nas décadas de 1950 e 1960, aos “cutubas aluizistas”, apoiadores do ex-governador e deputado, filiados ao PSD e PTB. Esses se opunham aos “pele curtas renatistas”, ligados ao ex-governador Joaquim Vicente Rondon e ao médico Renato Medeiros, antigos aliados de Aluizio. As disputas entre os grupos continuaram até a chegada dos militares ao poder em 1964. Após a morte de Aluizio Ferreira em 1980, sem herdeiros políticos, o grupo aluizista buscou ajustar a memória e a história como forma de manutenção de seu poder. SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. – Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011. Ver, também: História Antiga: ... Deu Zebra..., *Alto Madeira*, Porto Velho, 4 mar. 1985, p. 2.

³⁶ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho: imagens culturais**. Porto Velho, 2011.

³⁷ A primeira constituição do Estado de Rondônia aprovada em 1981, em seus artigos 218, 219 e 220, atribuía ao campo cultural a tarefa de incentivar e preservar as tradições e manifestações culturais, bem como as obras e locais de valor histórico. O projeto da constituição foi reproduzido em: SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros**. Porto Velho: SEDUC, 1984.



reestruturado e passou a integrar a Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Turismo (SECET), ganhando uma sede própria na Av. 7 de Setembro. A SECET, criada pelo Decreto-Lei nº 16 de 31 de dezembro de 1981, tinha como finalidade promover as “práticas e vocações artístico-culturais, o incentivo à política de esportes e Atividades Recreativas, assim como, o zelo pelo Patrimônio Histórico-cultural do Estado”³⁸.

Segundo a versão oficial, após o primeiro ano da criação do Estado, “em pleno acordo com a política do Ministério da Educação e Cultura, o Governo de Rondônia” estabeleceu como meta central “a valorização [d]as dimensões sócio-culturais básicas e a expansão de seu potencial criativo, considerando as características regionais da nossa cultura, com o propósito de preservá-las, fortalecê-las e assegurar o pleno acesso a elas”. Essa política sublinha o compromisso em promover e proteger a riqueza cultural regional, buscando não apenas preservar suas tradições, mas também fortalecer a identidade cultural local e ampliar o acesso da população a esse patrimônio³⁹. Para liderar essa iniciativa, o governador nomeou o renomado missionário salesiano e autor de *Os Desbravadores* (1959), padre Victor Hugo, como chefe da pasta, contando com o apoio da professora Yêdda Borzacov, filha de Ary Tupinambá, que assumiu a diretoria do Departamento de Cultura. A criação da secretaria foi amplamente comemorada como um marco na história do Estado, ao formalizar, dentro da estrutura governamental, o compromisso com o turismo regional e a preservação do patrimônio histórico e cultural⁴⁰.

A reestruturação do museu o transformou não apenas em local de guarda, mas num dos pontos turísticos mais visitados do Estado na década de 1980⁴¹. O espaço, organizado em vários departamentos, incluía o Centro de Documentação

³⁸ A SECET cumpre suas finalidades dinamizando a cultura, os esportes e o turismo de Rondônia-Estado. *Alto Madeira*, Porto Velho, 04 jan. 1983.

³⁹ **A SECET cumpre suas finalidades dinamizando a cultura [...]**, 1983.

⁴⁰ Em 1982, uma das principais iniciativas da SECET, por meio de seu Departamento de Cultura, foi a implementação dos “museus de Rondônia e da Estrada de Ferro Madeira Mamoré”. Relatório das atividades do Departamento de Cultura. *Alto Madeira*, Porto Velho, 04 jan. 1983, p. 5. O departamento também se dedicou ao “levantamento de dados referentes às tradições, hábitos e costumes da nossa gente”, com o objetivo de compilar e publicar essas informações no livro “Viver Amazônico” (1986), de autoria do Dr. Ary Tupinambá Penna Menezes. *Alto Madeira*, Porto Velho, 17 dez. 1986, p. 3.

⁴¹ Nessa época, “[...] a finalidade do museu é [era] coletar, catalogar e conservar as coleções que compõem o acervo do museu que são: antropologia, mineralogia, zoologia, arqueologia, paleontologia, seringueiro, folclórico e artístico que façam parte do contexto territorial de Rondônia”. *Alto Madeira*, Porto Velho, 19 set. 1988, p. 3.



e Pesquisa, que reunia uma valiosa coleção de documentos e objetos coletados na região, considerados de significativo “valor representativo cultural e histórico” para o território e o recém-criado Estado. A formação desse acervo contou com o apoio direto do governador Jorge Teixeira e a ativa participação de seus membros, que promoveram a campanha “Doe um Documento ao Centro.” A iniciativa visava tanto a coleta de acervos pessoais quanto a conscientização da comunidade sobre a importância de preservar o patrimônio histórico, incentivando, assim, a valorização da memória regional⁴². O Centro de Documentação abrigava “coleções de jornais, livros, arquivos fotográficos, recortes antigos, documentos, o arquivo pessoal do criador do antigo Território, Aluizio Ferreira, além de documentação sobre a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, arquivos de mapas e registros sobre a construção da ‘Rodovia Marechal Rondon’ – a BR-364”⁴³.

A sistematização dessa documentação reflete os interesses temáticos da elite política e intelectual que se dedicava a moldar a memória, identidade e história de Rondônia⁴⁴. Figuras e marcos como o Marechal Rondon, Aluizio Ferreira, o Forte Príncipe da Beira, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM) e a BR-364 emergiam como referências centrais no projeto de (re)construção da narrativa histórica regional. O esforço de memória também incluía um setor dedicado à história dos seringueiros, destacando “o trabalho árduo daqueles homens”, a bravura e a coragem associando-os ao pioneirismo dos aventureiros que desbravaram a região inóspita, reforçando, por assim dizer, o valor simbólico de suas contribuições para a formação da identidade local⁴⁵. Essa imagem, evocada por Ferreira (1960), foi renovada e reforçada na disposição das peças no setor de exposições, que buscavam dar visibilidade à trajetória árdua desses trabalhadores. Assim, a narrativa expositiva não apenas homenageava essas

⁴² SECET quer documentos para Centro Estadual. *Alto Madeira*, Porto Velho, 27 jan. 1983, p. 03.

⁴³ Museu de Rondônia: História e exotismo onde vão 7 mil pessoas por mês. *Alto Madeira*, Porto Velho, 19 set. 1988, p. 3.

⁴⁴ No primeiro ano do Departamento de Cultura, foram classificadas 700 fotografias e fotocópias de 1421 documentos visando a implantação do Centro de Documentação do Estado. Relatório das atividades do Departamento de Cultura. *Alto Madeira*, Porto Velho, 04 jan. 1983, p. 5. De acordo com Yêdda Borzacov, essa documentação se perdeu em função de um incêndio ocorrido no interior da sessão que a abrigava no museu. Durante o governo de Ângelo Angelin (1985-1987) o Museu do Estado passou por nova reforma. *Alto Madeira*, Porto Velho, 10 mar. 1986.

⁴⁵ O setor reunia peças destinadas à exposição, tais como: “borracha defumada, cuia, poronga, balde, tigela, faca de corte, sapato de seringa e outros instrumentos que faziam parte da luta diária do seringueiro”. **Museu de Rondônia**, 1988, p. 3.



figuras, mas também contribuía para fortalecer uma identidade regional que celebrava o esforço e o sacrifício dos primeiros desbravadores.

A constituição do acervo contou ainda com a colaboração de pesquisadores em trânsito pela Amazônia Ocidental, como o arqueólogo Eurico Miller, que ajudou a criar o departamento de arqueologia e organizou uma coleção diversa de “fragmentos cerâmicos da região de Rondônia”, especialmente coletados na área de alagamento da Usina de Samuel. O setor de arqueologia também preservava uma variedade de artefatos ligados à cultura indígena, provenientes do antigo Museu do Índio, incluindo “colares, flechas, arcos, redes, cestos” de tribos como Karitianas, Cinta-Larga, Uru-Eu-Wau-Wau, Gavião, Zorós, PakaaNóva, entre outras⁴⁶. Junto com o setor de Zoologia, essas sessões eram as mais visitadas do museu, associadas à “História e Exotismo” da Amazônia, questão presente desde a época em que o império brasileiro organizou as primeiras expedições na região⁴⁷.

É relevante observar que, sob a ótica estatal, o museu desempenhava também um papel fundamental como instrumento educativo e pedagógico. Essa função estava diretamente relacionada à introdução da disciplina de Estudos Regionais nas escolas de segundo grau no final dos anos 1970, uma iniciativa que exigia a criação de materiais didáticos adequados para os professores. Para atender a essa demanda, em 1978, o então governador Humberto Guedes (1975-1979) sugeriu ao prefeito da capital, Luiz Ferreira (1976-1979), a criação de um concurso de monografia, formalizado pelo Decreto nº 986 daquele ano. O concurso, promovido pela Secretaria de Educação e intitulado “Monografia sobre a História, a Geografia e o Momento Atual do Município de Porto Velho”, oferecia um prêmio de CR\$ 50.000,00 para o melhor trabalho.

Curiosamente, o único participante foi o Capitão Esron Penha de Menezes, que, embora tenha submetido um trabalho, não foi premiado, mas foi encorajado a continuar escrevendo para sua coluna no *Alto Madeira*. Seus textos, elaborados com o intuito de apoiar os professores na nova disciplina, resultaram mais tarde

⁴⁶ Esse acervo foi montado com intervenção direta de Jorge Teixeira junto ao presidente João Batista Figueiredo enquanto interessados na construção da Usina de Samuel. Figueiredo visita Samuel e pode definir mais recursos, *Alto Madeira*, Porto Velho, 7 abr. 1983, p. 1.

⁴⁷ Na visão oficial formulada na década de 1980, a disposição da história exótica e pitoresca do Estado era a grande responsável por atrair os mais de “sete mil visitantes mensais” que vinham de diversas partes do país - especialmente “Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, e Minas”. *Alto Madeira*, Porto Velho, 19 set. 1988, p. 3.



na publicação de “Retalhos para História de Rondônia”⁴⁸. A produção de conteúdos sobre a História e Geografia do Estado se tornava, então, um tema central nos debates políticos e intelectuais. Nesse contexto, surgiu o Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHG/RO), fundado em 7 de dezembro de 1979, com a participação de importantes nomes entre seus sócios fundadores.

Jacob de Freitas Atallah (1º presidente), Emanuel Pontes Pinto (3º presidente), Ary Tupinambá Penna Pinheiro, Albertino Lopes, Ciro Pinheiro, Yêda Pinheiro Borzacov, Jesuina Ciarallo Cordeiro, Telmo Fortes, Fouard Darwich Zacharias, Luiz Gonzaga Ferreira (2º presidente), Raul Augusto Borges, Eduardo Lima e Silva, Oswaldo Muniz Oliva, Maria Madalena Namaier Duarte, Waldemarina Vieira Melo, Manoel Justo Pinheiro, Itamar Moreira Dantas, Zilda Guimarães, Sérgio Walburg, Ana Maria Moreira Colaço, Clóvis José Rohr, Paulo Lacerda, Francisco Lopes Paiva, Edson Jorge Badra, Euro Tourinho, Janaína Cândido Villas Boas, João Bento da Costa e Anita Julien.⁴⁹

O Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHG/RO) foi fundado na mesma época em que o Coronel Jorge Teixeira de Oliveira assumiu o governo do Território, reunindo entre seus sócios fundadores figuras de destaque das primeiras gerações de aluizistas, como o historiador Emanuel Pontes Pinto — ex-prefeito da capital e deputado — e Yêdda Pinheiro Borzacov. Borzacov foi integrada à estrutura governamental organizada pelo novo governador e, conforme observa Souza, “seguindo a tradição, ela chamou para si a missão de guardiã do patrimônio e da memória de seu pai, o Dr. Ary Pinheiro, e de seu primo, o Coronel Aluízio Pinheiro Ferreira”⁵⁰. Atuando junto ao instituto e ocupando a função de ordenadora de despesas do governo, Yêdda Borzacov esteve diretamente envolvida em várias iniciativas conduzidas pelo Estado em colaboração com o IHG/RO, consolidando seu papel na preservação da memória e do patrimônio histórico de Rondônia⁵¹.

Em janeiro de 1981, a Coordenação de Moral e Civismo da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, em colaboração com o IHG/RO, organizou o “Concurso para Bandeira e Armas de Rondônia”⁵². O edital, publicado no *Alto*

⁴⁸ MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para História de Rondônia**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1980. p. 19.

⁴⁹ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho**, 2011, p. 320.

⁵⁰ SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**, 2011, p. 139.

⁵¹ Em 1982, o governador Jorge Teixeira reconheceu a contribuição de Ary Tupinambá Penna Pinheiro nomeando o Hospital Padrão, em Porto Velho, em sua homenagem. Na mesma ocasião, a professora Yêda Pinheiro também foi integrada ao projeto de institucionalização da memória do Estado. O jornal *Alto Madeira* descreveu a homenagem como “justa”, destacando a dedicação de Ary Pinheiro a Rondônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 17 ago. 1982.

⁵² Concurso para Bandeira e Armas de Rondônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 7 jan. 1981, p. 2.



Madeira e autorizado pelo governo do Território, oferecia um prêmio de 100.000 cruzeiros ao vencedor, permitindo a participação de qualquer cidadão rondoniense, desde que as propostas incluíssem dois elementos obrigatórios: a “estrela simbólica” projetada no Azul da União e o “Forte Príncipe da Beira”. De um lado, tanto a bandeira quanto as armas do Estado deveriam seguir um padrão simbólico previamente definido pelo governo, cuja incorporação visava compor a documentação oficial de Rondônia com a criação iminente do Estado⁵³. Por um lado, o concurso ilustra o agenciamento da cultura histórica pelas elites e forças militares locais, especialmente no processo de construção de uma identidade regional durante esse período de transição.

A inclusão do Forte Príncipe da Beira, símbolo colonial-militar, destaca o papel central dos militares na formulação de uma narrativa histórica que legitimava a ocupação territorial e promovia o desenvolvimento regional sob a tutela do Estado. Esse simbolismo reforçava a ideia de continuidade entre o passado militar e o projeto de modernização, consolidando o poder das elites envolvidas nesse processo. A relevância histórica do Forte, tanto para o país quanto para a região, foi destacada já no início do século XX, quando Octávio da Costa Marques liderou uma expedição ao local. Em seu relatório, enviado ao presidente Hermes da Fonseca, ele ressaltou que o forte servia aos interesses nacionais⁵⁴. Reconhecendo seu valor histórico, o processo de tombamento pelo governo federal foi realizado na década de 1950, seguido pelo tombamento estadual em 1989⁵⁵. Como afirmou Silva, a História Militar Brasileira se apropriou do Forte por representar, no passado, “[...] o marco de uma visão político-militar em uma época de investidas aventureiras, em busca de ouro e gentios, e de cobiçosos interesses territoriais”, visão atualizada no período da

⁵³ Edital de Criação do concurso da bandeira e armas de Rondônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 9 jan. 1981.

⁵⁴ Para a nossa história. **O Debate**, 25 out. 1913, p. 01

⁵⁵ O Forte Príncipe da Beira foi tombado em 7 de agosto de 1950, com a Inscrição nº 281 no Livro do Tombo Histórico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (processo: 395-T-1950). Posteriormente, foi tombado também pelo Estado de Rondônia através da Constituição Estadual de 1989, que, em seu Art. 264, define a proteção de vários bens históricos, incluindo sítios arqueológicos, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, o Real Forte do Príncipe da Beira, entre outros patrimônios importantes da região. GOVERNO DE RONDÔNIA. **Governo de Rondônia estuda pedido de inclusão do Real Forte Príncipe da Beira entre os patrimônios históricos e culturais da UNESCO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-estuda-pedido-de-inclusao-do-real-forte-principe-da-beira-entre-os-patrimonios-historicos-e-culturais-da-unesco/>. Acesso em: 14 set. 2024.



ditadura civil-militar diante do fortalecimento “[...] de uma consciência política defensora de uma região de vital importância”. Em 1976, esse ponto de vista foi realçado pelos militares que se envolveram nas comemorações do Bicentenário do Forte destacando a sua posição na visão geopolítica da época, entendendo-a como “a consciência geográfica do Estado”⁵⁶.

Em Rondônia, as celebrações do bicentenário foram incentivadas pelo governador Jorge Teixeira por meio da Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo, que inicialmente se dedicou a promover o tema junto às escolas do Estado. O ponto alto dos eventos foi a restauração do Forte Príncipe da Beira, representada como uma “obra de herói”, que se tornou uma das principais prioridades do governo, conduzida pela Secretaria de Cultura e Educação em parceria com membros do IHG/RO, e que recebeu destaque na agenda da União⁵⁷. Em 1983, o Ministério da Educação confirmou o repasse de 986 milhões de cruzeiros para a Secretaria de Educação de Rondônia e anunciou o envio de técnicos portugueses especializados para realizar estudos voltados à restauração do Forte. Esse esforço evidenciava o compromisso do governo com a preservação do patrimônio histórico e cultural, reforçando o simbolismo do Forte como um marco na história militar, tanto regional quanto nacional.

Em abril, o presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo incluiu em sua agenda oficial uma visita ao Estado de Rondônia, onde assinaria, junto ao embaixador de Portugal, o Termo de Compromisso entre o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Exército e o Governo de Rondônia para a restauração, conservação e uso do Forte Príncipe da Beira⁵⁸. Jorge Teixeira (à direita na **Imagem 1**) transformou essa visita de Figueiredo (ao centro) — a terceira ao Estado e destacada como a primeira vez que um “Chefe da Nação visitava o Forte” — em um grande evento cívico. Para celebrar a ocasião, decretou ponto facultativo nas repartições públicas e ordenou o hasteamento das bandeiras do Estado e do Brasil em sinal de solenidade⁵⁹.

Em seu discurso, Figueiredo exaltou o valor histórico do monumento militar, erguido por homens que, segundo ele, enfrentaram “[...] os desafios e as

⁵⁶ SILVA, A Martins da. Real Forte Príncipe da Beira - Baluarte Ocidental. **A Defesa Nacional**, v. 63, n. 670, 18 ago. 1976, p. 49.

⁵⁷ Forte Príncipe: obra de heróis. *Alto Madeira*, Porto Velho, 20 jun. 1981, p. 3.

⁵⁸ Divulgada agenda de Figueiredo RO. *Alto Madeira*, Porto Velho, 31 mar. 1983, p. 03.

⁵⁹ Ponto Facultativo: repartições públicas. *Alto Madeira*, Porto Velho, 6 abr. 1983, p. 06



adversidades resultantes da enormidade das distâncias, da agressividade da floresta e dos animais selvagens, do desgaste físico provocado pelas doenças e das investidas do oponente externo”⁶⁰. Essa imagem reforçava a propaganda do governo estadual, que difundia a ideia de que o “Forte Príncipe da Beira é [era] um dos maiores patrimônios históricos de Rondônia e do Brasil”⁶¹. Essa narrativa oficial aparece disposta no conjunto de imagens, a exemplo da composição de fotografias abaixo, selecionadas pelo Jornal *Alto Madeira* para cobrir aqueles eventos. Na primeira, o destaque foi dado ao momento em que o Presidente João Figueiredo discursava à frente da entrada central do Forte Príncipe, ladeado de autoridades, entre eles, o governador Jorge Teixeira - à direita - e um grupo de militares que fortaleciam o culto à preocupação com a segurança territorial/nacional. Esse culto foi promovido frente a um coletivo de crianças, evidente na segunda imagem, que pareciam incorporá-lo por meio das cores da nação embandeiradas junto ao presidente, o governador e demais autoridades. No conjunto de imagens, o culto ao Forte e aos princípios da Segurança Nacional sob a égide militar eram tomados como marcadores de uma identidade coletiva que deveria perdurar no contínuo das gerações.

Imagem 1 - Visita de João Batista Figueiredo e o Governador Jorge Teixeira ao Forte Príncipe da Beira.



Fonte: *Alto Madeira*, Porto Velho, 8 abr. 1983, p. 1.

O culto ao Forte Príncipe da Beira, anteriormente consolidado na inclusão de sua simbologia no brasão de armas do Estado e nas comemorações de seu bicentenário, foi acompanhado de perto pelo governador Jorge Teixeira, que

⁶⁰ Lição e Símbolo do Forte Príncipe da Beira. *Alto Madeira*, Porto Velho, 26 de abr. 1983.

⁶¹ Figueiredo promete ação rápida no Forte Príncipe. *Alto Madeira*, Porto Velho, 9 abr. 1983, p. 04.



inseriu a preservação do patrimônio histórico como um ponto central em sua plataforma de governo. Esse movimento reflete a visão de que “o culto à tradição, a lembrança das virtudes e feitos gloriosos de um povo, forjam e estruturam a força viva de uma nação”⁶². Nos termos de Pollak, esse processo contribui para a construção da memória oficial do Estado⁶³.

Ao revisitar o passado militar e os valores que cercam a construção do Forte, os governos militares empenharam-se em transformar esse símbolo em um elemento central da identidade coletiva de Rondônia e do Brasil, reforçando o papel da tradição e da coesão grupal como base para a identidade nacional. Nesse contexto, o governador também escolheu outro símbolo de grande relevância histórica: a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Sob a visão militar da época, a administração da ferrovia entrou em uma nova fase “após a revolução de março de 1964”, quando o Tenente Coronel Roberval da Silva foi designado superintendente da estrada, reforçando a ideia de continuidade entre o passado militar e o projeto de desenvolvimento regional em curso. Essa escolha reafirmava o papel do Exército como agente central na modernização e no controle da infraestrutura local⁶⁴.

A ferrovia, desativada gradualmente entre o final das décadas de 1960 e 1970, teve um trecho de 30 km reativado, ligando Porto Velho a Santo Antônio em 3 de maio de 1981, data celebrada como o Dia de Rondon e marcada pela presença dos membros do IHG/RO⁶⁵. O evento foi exaltado como “o renascimento da Ferrovia Madeira-Mamoré”⁶⁶. Para o governo da época, “a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia e a recuperação de um sub-trecho da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré” eram considerados “os fatos mais marcantes da preservação do patrimônio cultural de Rondônia”⁶⁷.

Jorge Teixeira transformou esse movimento em um grande evento festivo, intensificado pela criação de um selo comemorativo pelo cinquentenário da nacionalização da EFMM. A iniciativa, amplamente coberta pela imprensa, foi elogiada como uma importante ação governamental para a preservação do

⁶² Nota. **A Defesa Nacional**, n. 640, 1971.

⁶³ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

⁶⁴ MARQUES AMBRÓSIO, J. Rondônia. **A Defesa Nacional**, v. 52, n. 606, mar./abr. 1966, p. 65.

⁶⁵ A volta do trem no dia de Rondon. *Alto Madeira*, 4 maio 1981.

⁶⁶ O renascimento da Ferrovia Madeira-Mamoré. *Alto Madeira*, 20 ago. 1984, p. 01.

⁶⁷ Governo de Rondônia Secretaria de Planejamento. *Alto Madeira*, 04 jan. 1982, p. 08.



patrimônio histórico de Rondônia⁶⁸. Contudo, Manoel Rodrigues Ferreira, autor de “Ferrovia do Diabo” (1960) e “Nas Selvas da Amazônia” (1961), previamente reconhecido por suas contribuições à história regional, manifestou críticas aos intelectuais ligados ao IHG/RO e à Secretaria de Cultura de Rondônia em artigo publicado em *O Estado de São Paulo*. Ferreira contestou a prática de atribuir a Aluizio Ferreira o mérito pela nacionalização da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, argumentando que as homenagens deveriam, na verdade, ser direcionadas a Getúlio Vargas.

Ferreira, que participou como palestrante convidado no Seminário da EFMM em 1980, relatou que se sentiu “deprimido não só com o que vi, mas também com o que me foi contado pelos que foram obrigados a participar do que se chama de ‘desativação’, mas que na realidade teve o significado de uma destruição e saque desse patrimônio histórico e material da nacionalidade”⁶⁹. As denúncias de Ferreira foram recebidas com críticas pelos membros do governo ligados ao instituto, que permaneceram firmes no projeto de reativação da ferrovia e na emissão do selo comemorativo pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) em 10 de julho de 1981. O selo teve uma tiragem de 1.500.000 exemplares, impressos em papel couchê fosforescente gomado e vendidos por Cr\$ 7,00. Criado pelo ilustrador Ary Fagundes, o selo “[...] reproduziu uma fotografia da locomotiva Coronel Church, responsável pela primeira viagem na EFMM, e apresentou o mapa do trajeto da estrada de ferro de Porto Velho, Rondônia, a Guajará-Mirim, na fronteira com a Bolívia”⁷⁰. Prevaleceu o sentimento de identidade fomentado pelo coletivo do IHG/RO, que aderiu à estrutura governamental organizada por Jorge Teixeira. Com a realização desses eventos, o grupo reforçou as linhas físicas e simbólicas que definem a identidade regional, marcadas pela continuidade temporal e pelos sentimentos de coerência e pertencimento promovidos pelo governo⁷¹.

⁶⁸ A estrada Ferro Madeira-Mamoré, Rondônia Brasil. *Alto Madeira*, 11 jul. 1981. p. 4.

⁶⁹ Trata-se de matéria intitulada *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré* de autoria Manoel Rodrigues Ferreira em *O Estado de São Paulo*, 13 jan. 1981, transcrita no *Alto Madeira*, Porto Velho, 19 jan. 1981, p. 8.

⁷⁰ ACERVO DE SELOS. **Estrada de Ferro Madeira-Mamoré completa 50 anos**. Disponível em: <https://www.acervodeselos.com.br/2021/10/estrada-de-ferro-madeira-mamore-completa-50-anos.html?m=1>. Acesso em: 20 set. 2024.

⁷¹ No mesmo período, os membros do IHG/RO iniciaram discussões sobre a preservação do Distrito de Santo Antônio do Rio Madeira, reconhecido como o berço da região devido à primeira tentativa de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. O local passou a ser considerado



Jorge Teixeira também promoveu diversas iniciativas que consolidaram os símbolos e a memória oficial do Estado⁷². Um exemplo marcante foi o decreto que instituiu a “Ordem do Mérito Marechal Rondon”, substituindo a antiga Medalha Rondon criada por Cunha Menezes em 1964. A nova condecoração foi organizada em diferentes graus — “Grande Colar, Gran Cruz, Oficial e Cavaleiro” — e passou a ser entregue anualmente no dia 22 de dezembro, data oficializada como o aniversário do Estado. Esse dia transformou-se em um grande evento cívico, com a participação do Instituto Histórico e Geográfico de Rondônia (IHG/RO) no conselho oficial que, ao lado de membros como os Chefes da Casa Civil e Casa Militar e os Secretários de Educação e Cultura, indicava ao governador os homenageados⁷³.

A construção da história oficial de Rondônia, caracterizada pela seleção de símbolos de progresso e civismo, revela contradições profundas quando contrastada com a realidade de extermínio enfrentada pelas populações indígenas na mesma época. Os militares, ao exaltarem figuras como Marechal Rondon e ao investirem na preservação de monumentos históricos como o Forte Príncipe da Beira e no culto à símbolos como a BR-364, buscavam consolidar uma identidade regional marcada por valores de bravura e desenvolvimento. Entretanto, essa narrativa oficial de modernização e ocupação territorial encobria a violência perpetrada contra as comunidades indígenas, que resistiam à invasão de suas terras.

Um exemplo emblemático é a situação dos povos Nambiquara, descrita por Vincent Carelli e Milton Severiano no material de 1980, intitulado “Mão Branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?”⁷⁴. Com a abertura da BR-364 e o avanço das fazendas agropecuárias, os Nambiquara sofreram uma série de massacres e expulsões, muitas vezes sob a justificativa do “desenvolvimento econômico” e “segurança nacional”. Como revelam os autores, o Vale do Guaporé,

para tombamento como Patrimônio Histórico de Rondônia. Santo Antônio deverá ser tombada ao Patrimônio Histórico de Rondônia. *Alto Madeira*, 26 maio 1982.

⁷² Durante o governo de Jorge Teixeira, a Câmara Municipal de Porto Velho, por meio da professora Marise Castiel (PSD), propôs a criação de um concurso para competir com o já consagrado dobrado “Céus de Rondônia”, de Melo e Silva e Araújo Lima, amplamente aceito como o hino oficial. O objetivo da proposta, defendida no Instituto Histórico pelo presidente Jacob Freitas Atallah, era oficializar o dobrado, mais do que realmente promover uma concorrência. Céus de Rondônia, o possível hino oficial. *Alto Madeira*, 11 jan. 1981.

⁷³ Conselho da Medalha Rondon. *Alto Madeira*, 6 dez. 1982.

⁷⁴ CARELLI, Vincent Carelli; SEVERIANO, Milton. **Mão Branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?** Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/> Acesso: 13 nov. 2024.

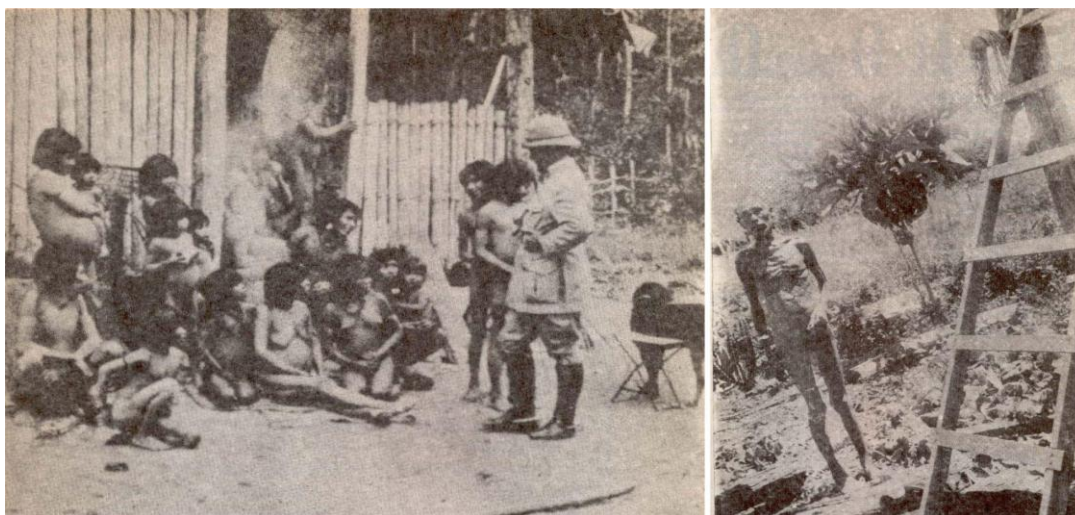


tradicionalmente habitado por esse povo, foi entregue a grandes fazendeiros e empresas multinacionais com apoio do governo e de órgãos como a FUNAI. Em vez de proteger os direitos territoriais dos Nambiquara, o Estado facilitava o deslocamento forçado e permitia a destruição dos recursos naturais essenciais para a sobrevivência dessa comunidade. Os autores sublinham a longa história de desestruturação dos grupos indígenas do vale do Guaporé, lembrando que, se por um lado, a Comissão Rondon era frequentemente associada à presença do estado na região, por outro, podia ser vista como uma linha-fantasma, símbolo do fracasso nacional que não incluía aquela região na nação, tampouco melhorava a vida da população local. Na contramão da narrativa oficial, os autores denunciavam que “A linha fantasma” e “A Estrada ao fim do Mundo” – numa alusão a BR-364 – teriam facilitado o extermínio sob o pretexto do desenvolvimento regional e do país.

Uma contranarrativa fotográfica do progresso propalado por Jorge Teixeira (e por todo o discurso militar) poderia partir das imagens coletadas por Carelli e Severiano, entre outros que denunciavam constantemente o preço humano desse projeto. Na **Imagem 2**, a primeira fotografia registra o encontro dos Nambiquaras com o Marechal Cândido Rondon, em 1910; na segunda fotografia, de 1980, um homem indígena, Nambiquara, desnutrido e doente. A foto foi divulgada com o título de “A Biafra brasileira”, referência à guerra que assolou a Nigéria e que produziu imagens de africanos(as) famélicos(as). Enquanto a primeira foto remete à narrativa oficial de civilização e modernização, promovida como um marco do avanço territorial, a segunda imagem evidencia o descaso estatal e os impactos devastadores das políticas de ocupação sobre as populações locais.

Imagem 2 - Composição de fotografias publicadas no material *Mão Branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?*





Fonte: CARELLI, Vincent Carelli; SEVERIANO, Milton. *Mão Branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?* Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/> Acesso: 13 nov. 2024.

Essas duas fotografias, colocadas em sequência, revelam a ironia da narrativa histórica construída pelos militares, que enalteciam figuras como Rondon e símbolos de integração nacional, mas negligenciavam os direitos e a dignidade dos indígenas. O contraste visual entre as fotos exemplifica como o processo de construção da história oficial de Rondônia omitiu as consequências sofridas pelos povos originários, enfatizando o discurso de progresso enquanto ignorava as violações cometidas em nome do desenvolvimento. Enquanto o Estado promovia uma identidade regional baseada na bravura e resistência, muitas dessas “virtudes” vinham às custas da destruição cultural e da opressão dos povos indígenas.

Cumprir lembrar que essa opressão extrapola o recorte temporal inscrito neste artigo, remetendo a um contínuo que atravessa a história da colonização do país. Na década de 1980, parecia realmente impressionante que uma região como Rondônia “tenha sido a mesma paisagem onde, nos séculos XVIII e XIX desapareceram e se extinguíram inúmeras e numerosas populações indígenas”, sucumbidas frente à força do processo colonizador sem que se soubesse coisa alguma sobre elas.

“Nomes como Jarú, Ariquemes, Urupá, Mequéns, Cabixi”⁷⁵, que sobreviviam como “denominações de rios, [e] serviram nos séculos passados para nominar populações indígenas, algumas muito numerosas”, eram ainda mais

⁷⁵ MEIRELLES, Denise Mald; MEIRELLES, Apoema. **Tribos extintas e migrações indígenas em Rondônia** (Do século XVII aos primeiros decênios do século XX). Anuário de Divulgação científica. v. 10./UCG - IGPA - 1981/1984.



silenciados e obscurecidos frente aos esforços da narrativa oficial e as supostas políticas de proteção aos indígenas criadas pelo Estado⁷⁶. Essas contradições entre a preservação da memória oficial e a negação das vozes indígenas expõem o papel do Estado em moldar uma narrativa histórica que silencia experiências de resistência e apagamento cultural. A celebração de símbolos de integração nacional, enquanto populações nativas eram exterminadas, reforça a reflexão de que a história oficial, longe de ser neutra, é um projeto político de legitimação e controle.

Considerações finais

A análise do agenciamento da cultura histórica pelos militares em Rondônia remete diretamente às reflexões de Pollak, que argumenta que a “[...] referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e instituições que compõem uma sociedade”⁷⁷. Nesse sentido, os militares e elites locais não apenas preservaram o passado, mas o moldaram conforme seus interesses, conferindo legitimidade à sua própria presença e ao domínio político sobre o território. A mesma estratégia de agenciamento histórico que construiu a legitimidade militar teve papel definitivo no apagamento da presença indígena da memória oficial do Estado.

O concurso para a criação da bandeira e das armas de Rondônia, por exemplo, é indício de como a memória e os símbolos históricos foram cuidadosamente selecionados para projetar uma imagem de continuidade e controle militar, reforçando a identidade do Estado com base na exclusão das populações indígenas. A título de exemplo vale retomar a prioridade dada ao Forte Príncipe da Beira, símbolo da conquista, ao invés de reconhecer a longa história de presença e resistência indígena. Numa linha de continuidade que

⁷⁶ Em 2012 foi publicado o Relatório Figueiredo, documento que narra, em síntese, as diversas atrocidades que foram praticadas contra as populações indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) durante a Ditadura Militar. No Dizer de Beltrão (2022, p. 11), “o vasto conjunto documental — integrado por aproximadamente 7.000 páginas distribuídas em 30 volumes — é resultado das investigações levadas a efeito pela Comissão de Inquérito instaurada em 1967 pelo Ministro do Interior General Afonso Augusto de Albuquerque Lima e dirigida pelo então Procurador do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), Jáder de Figueiredo Correia, para apurar as denúncias de irregularidades cometidas por funcionários do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), instituição estatal que executou a política indigenista brasileira no período de 1910 a 1967”. BELTRÃO, Jane Felipe (org). **Relatório Figueiredo: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais**. Rio de Janeiro: Mórula, 2022, p. 11.

⁷⁷ POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**, 1989.



extrapola o nosso recorte temporal, os investimentos em torno da mudança do nome Território Federal do Guaporé para Rondônia também são testemunhas incontestes desse processo de apagamento.

Essa estratégia de apagamento também está presente nos discursos sobre o pioneirismo, que exaltam a chegada do migrante nordestino ou sulista, enquanto silenciam a violência cometida contra povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. Trabalhos recentes na área da arqueologia sublinham como essa narrativa do pioneirismo reforça uma visão de progresso e modernidade, relegando indígenas à margem da história regional e inviabilizando sua presença⁷⁸. Eric Hobsbawm já demonstrou como a consciência do passado é um processo mutável, no qual as memórias são continuamente reconstruídas para atender às demandas do presente⁷⁹. Essa relação entre passado e presente evidencia como a história serviu para algo mais do que relatar eventos; a história assegurou uma narrativa de progresso e civilização sob a tutela militar. As ações analisadas ao longo do texto revelam como o passado foi continuamente revisitado, não apenas para preservação, mas como uma ferramenta de legitimidade política. A produção e utilização da história precederam e transcenderam a História acadêmica, sendo instrumentalizadas para consolidar o poder militar e alinhar a memória coletiva com os interesses governamentais.

Data de submissão: 15/11/2024

Data de aceite: 05/07/2025

Referências

ALMEIDA, Daniel Alvez. Rondônia e a Ditadura Militar. Integração Nacional e repressão política. **Missões**, [s. l.], v. 09, n. 03, set./dez. 2023.

ALMEIDA, Fernando. MONGELÓ, Guilherme. Introdução: arqueologia dos “pioneiros” e da diversidade do Alto Rio Madeira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Belém, v. 15, n. 2, 2020.

BELTRÃO, Jane Felipe (org). **Relatório Figueiredo**: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

CABRAL, Octaviano. **História de uma região - Mato Grosso, fronteira Brasil-Bolívia e Rondônia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Hymalaia, 1963.

⁷⁸ ALMEIDA, Fernando. MONGELÓ, Guilherme. Introdução: arqueologia dos “pioneiros” e da diversidade do Alto Rio Madeira. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi**. Belém, v. 15, n. 2, 2020.

⁷⁹ HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



DIACON, Todd A. **Rondon: o marechal da floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FONSECA, Dante Ribeiro. Aluizio Pinheiro Ferreira: maçonaria, Revolução de 30 e a criação do Território Federal do Guaporé. **Revista de Estudios Históricos de la Masoneria Latinoamericana y Caribeña**, v. 11, n. 2, 2019.

HALBWACHS, Michel. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MACIEL, Laura Antunes. **A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon**. São Paulo: Educ; Fapesp, 1998.

MARTINS, Allysson Viana. FARIAS, Khauane Oliveira. Ditadores militares nas ruas de Vilhena (RO): história e memórias na constituição dos espaços públicos. **Parágrafo**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 3, p. 97-109, set/dez. 2018.

MARTINS, Allysson. MIGOWSKI, Ana. Ditadura militar brasileira e novas formas cartográficas: memórias coletivas e mapas digitais colaborativos. In: ARAUJO, Denize Araujo; MORETTIN, Eduardo; REIA-BAPTISTA, Vitor (Orgs.). **Ditaduras revisitadas: cartografias, memórias e representações audiovisuais**. Eletrônico: Suporte, 2016.

MEIRELLES, Denise Maldi; MEIRELLES, Apoema. **Tribos extintas e migrações indígenas em Rondônia** (Do século XVII aos primeiros decênios do século XX). Anuário de Divulgação científica. v. 10./UCG - IGPA - 1981/1984.

MENEZES, Esron Penha de. **Retalhos para História de Rondônia**. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1980.

MORALES, Lúcia Arrais. **Vai e vem, vira e volta: as rotas dos Soldados da Borracha**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2002.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá (Org.). **Culturas políticas na História: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argumentvm, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, 1993.

PINHEIRO, José do Amparo; SILVA, José Luis Gomes. Estrada de Ferro Madeira Mamoré: abandono e destruição do patrimônio histórico e cultural. In: Encontro Latino Americano de Pós-graduação, 10., 2010, São José dos Campos. **Anais eletrônicos** [...]. São José dos Campos: UNIVAP, 2010. Disponível em: http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0068_0090_01.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.



POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

SECRETO, M. V. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: do “Discurso do Rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 40, jul.-dez. 2007.

SILVA, Cliverson Gilvan Pessoa da. Arqueologia e Museu na Trajetória Histórica de Ary Pinheiro. **História e-História**, Campinas: UNICAMP, jun. 2012.

SILVA, A Martins da. Real Forte Príncipe da Beira - Baluarte Ocidental. **A Defesa Nacional**, v. 63, n. 670, 18 ago. 1976.

SOUZA, Valdir Aparecido de. **Rondônia, uma memória em disputa**. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista, 2011.

Fontes

A estrada Ferro Madeira-Mamoré, Rondônia Brasil. *Alto Madeira*, Porto Velho, 11 jul. 1981.

A volta do trem no dia de Rondon. *Alto Madeira*, Porto Velho, 4 maio 1981.

ACERVO DE SELOS. Estrada de Ferro Madeira-Mamoré completa 50 anos. Disponível em: <https://www.acervodeselos.com.br/2021/10/estrada-de-ferro-madeira-mamore-completa-50-anos.html?m=1>. Acesso em: 20 set. 2024.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Porto Velho: imagens culturais**. Porto Velho, 2011.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 1.106, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. Brasília, 1970.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposição PL 252/1955 - Ficha de tramitação**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=173867&fichaAmigavel=nao>. Acesso em: 31 out. 2024.

CARELLI, Vincent Carelli; SEVERIANO, Milton. **Mão Branca contra o povo cinza: vamos matar este índio?** Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/> Acesso: 13 nov. 2024.

Céus de Rondônia, o possível hino oficial. *Alto Madeira*, Porto Velho, 11 jan. 1981.

Concurso para Bandeira e Armas de Rondônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 7 jan. 1981.

Conselho da Medalha Rondon. *Alto Madeira*, Porto Velho, 6 dez. 1982.

COSTA, Beth. Na Rua: Carta de Belém. *Alto Madeira*, Porto Velho, 14 jun. 1981.

Divulgada agenda de Figueiredo RO. *Alto Madeira*, Porto Velho, 31 mar. 1983.

Editais de Criação do concurso da bandeira e armas de Rondônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 9 jan. 1981.



LIMA, Affonso Augusto de Albuquerque. O Ministério do Interior e o desenvolvimento regional integrado, 1968. **A Defesa Nacional**, n. 625, maio-jun. 1969.

MENEZES, Esron Penha de. História Antiga. Alto Madeira, Porto Velho, 11 mar. 1976.

MENEZES, Esron Penha de. Retalhos para a História de Rondônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 12 jul. 1985.

MENEZES, Esron Penha de. Retalhos para História de Rondônia: opinião de estudiosos de coisas da Amazônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 14 jul. 1985.

Museu Estadual de Rondônia: local que deve ser visitado, *Alto Madeira*, Porto Velho, 9 mar. 1986.

Na rua. *Alto Madeira*, Porto Velho, 22 out. 1982.

ROQUETE-PINTO, Edgard. **Rondônia**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

Santo Antônio deverá ser tombada ao Patrimônio Histórico de Rondônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 26 maio 1982.

Território Federal de Rondônia. *Alto Madeira*, Porto Velho, 22 de jul. de 1965.

Figueiredo promete ação rápida no Forte Príncipe. *Alto Madeira*, 9 abr. 1983.

Forte Príncipe: obra de heróis. *Alto Madeira*, Porto Velho, 20 jun. 1981.

GOVERNO DE RONDÔNIA. **Governo de Rondônia estuda pedido de inclusão do Real Forte Príncipe da Beira entre os patrimônios históricos e culturais da UNESCO**. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/governo-de-rondonia-estuda-pedido-de-inclusao-do-real-forte-principe-da-beira-entre-os-patrimonios-historicos-e-culturais-da-unesco/>. Acesso em: 14 set. 2024.

GOVERNO DE RONDÔNIA. **História de Rondônia**: conheça o médico Ary Pinheiro, que atendia pacientes em casa, não cobrava consultas e recebia carne de caça como gratidão. Disponível em: <https://rondonia.ro.gov.br/historia-de-rondonia-conheca-o-medico-ary-pinheiro-que-atendia-pacientes-em-casa-nao-cobrava-consultas-e-recebia-carne-de-caca-como-gratidao/>. Acesso em: 14 set. 2024.

Governo de Rondônia Secretaria de Planejamento. *Alto Madeira*, 04 jan. 1982.

Lição e Símbolo do Forte Príncipe da Beira. *Alto Madeira*, 26 de abr. 1983.

MACEDO, Josias de. *Alto Madeira*, Porto Velho, 3 de out. 1981.

MARQUES AMBRÓSIO, J. Rondônia. **A Defesa Nacional**, v. 52, n. 606, mar./abr. 1966.

Nota. **A Defesa Nacional**, n. 640, 1971.

MARTINS DA SILVA, A. Real Forte Príncipe da Beira - Baluarte Ocidental. **A Defesa Nacional**, v. 63, n. 670, 18 ago. 1976.



SILVA, Amizael Gomes da. **No rastro dos pioneiros.** Porto Velho: SEDUC, 1984.

A SECET cumpre suas finalidades dinamizando a cultura, os esportes e o turismo de Rondônia-Estado. *Alto Madeira*, 04 jan. 1983.

Relatório das atividades do Departamento de Cultura, *Alto Madeira*, Porto Velho, 04 jan. 1983.

SECET quer documentos para Centro Estadual. *Alto Madeira*, 27 jan. 1983.

Museu de Rondônia: História e exotismo onde vão 7 mil pessoas por mês. *Alto Madeira*, 19 set. 1988.

Relatório das atividades do Departamento de Cultura. *Alto Madeira*, 04 jan. 1983.

Figueiredo visita Samuel e pode definir mais recursos. *Alto Madeira*, 7 abr. 1983.

O renascimento da Ferrovia Madeira-Mamoré. *Alto Madeira*, 20 ago. 1984.

Para a nossa história. *O Debate*, 25 out. 1913.

Ponto Facultativo: repartições públicas. *Alto Madeira*, 6 abr. 1983.

